

HISTÓRIA E SENTIMENTO DA INFÂNCIA

*LIMA, Náfren Ferreira¹

RESUMO

Este artigo discute diferentes concepções de infância. Evidencia essas concepções como uma construção cultural. Além do mais, apresenta que tais sentimentos vêm se transformando, permitindo-nos observar a tessitura na qual são construídas. Kuhlman Jr, Rocha, Oliveira, demonstram que contrapondo-se a concepção da idade média e moderna de infância, a pós-modernidade tece um novo modo de conceber a infância, abre espaço para a multiplicidade de dizeres, considerando-a como uma construção histórica e social, coexistindo em um mesmo momento múltiplas ideias de criança e de desenvolvimento infantil. Assim, na sociedade medieval, a criança não era considerada como sujeito portador de direitos, mas era entendida e percebida como adulto, em miniatura. De criança pequena, se transformou em homem, ignorando as etapas da juventude, surgiu a paparicação. Com a modernidade, no século XIX, houve um avanço no sentido de se tentar compreender a infância e a criança, compreendê-la como sujeito em desenvolvimento, que participa ativamente do contexto social. Com a pós-modernidade, entende-se que a palavra infância tal como se apresenta, não é um campo neutro, ora é silenciado, ora entra para a visibilidade e representa a imagem social da criança que predominava na época, e que, com as transformações advindas na sociedade, foram sendo reestruturadas para atender as modificações históricas, sociais, culturais e até mesmo políticas que o país demandava. Durante séculos, pensou-se que as crianças fossem como uma página em branco, na qual a cada dia era preenchida uma folha, preparando-as para a vida adulta. Nesse sentido, pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico.

Palavras chave: criança, infância, sentimento.

O que é infância? Existiria uma única maneira de definir a infância ou a cultura é que a define? Uma pergunta que aparentemente parece ser fácil, mas trás consigo uma série de reflexões. Reflexões estas que norteiam o passado, fazendo relações e inter-relações com o presente. Um olhar aparente poderíamos responder, “ser criança é brincar, correr, viver num mundo repleto de magia”. Mas nem sempre foi esta a infância vivida por muitas crianças.

E no dizer de Rocha (2004), não é possível definir com precisão o que é ser criança e nem o que é infância, pois se partimos do pressuposto que as crianças não vivem a infância de forma homogênea, considerando a diversidade dos aspectos: econômico, social, cultural,

¹ LIMA, Náfren Ferreira, graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Goiás. Parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A prática pedagógica do professor na Educação Infantil: o brincar em questão”, sob a orientação da prof^a Ms Elizabeth Gottschalg Raimann. nafren_2007@hotmail.com

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

lúdico, alimentar, podemos então entender que o que identifica a criança é o fato de constituir-se num ser humano de pouca idade. Podemos também afirmar que a forma como ela vive este momento será determinada por condições sociais, por tempos e espaços sociais próprios de cada contexto. No decorrer da história da sociedade, várias são as concepções existentes referentes à infância.

Na Idade Média, por exemplo, a criança era tida como um ser “invisível”, um adulto em miniatura. Já na Idade Moderna, a criança se torna um ser “presente”, ou seja, a criança se torna criança. Surge o carinho e atenção dos pais para com elas. Deste modo, podemos observar que ocorreram várias mudanças na visão da família referentes à criança.

Na sociedade atual, vemos a criança se tornando o centro das atenções dos adultos, tanto dos pais quanto da sociedade de modo geral e, em particular, do governo quando estabelece leis, estatutos e outros documentos legais amparando a criança e dando a ela direitos.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) enfatizam que, a partir da década de 1980, a educação infantil ganhou grande impulso nos aspectos de pesquisa e debates teóricos, objetivando intervir na realidade educacional e assegurar a qualidade da educação.

Advoga-se assim a Constituição Federal (1988); O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); O Plano Decenal de Educação para todos; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Essas leis reconhecem o direito da criança ser atendida em creches, tendo um ensino de qualidade, a fim de construir uma nova concepção de educação para crianças de 0 a 6 anos.

Esta proposta, no dizer de Oliveira (2007) contribuiu para integrar a educação infantil no nível de ensino da educação básica. O que permitiu romper com a visão assistencialista que se caracterizava este segmento até então, passando a uma proposta que pretende responder a diversidade humana.

Heinzel (2003) salienta que a criança passa a ser vista de outra forma. Esta nova visão permite compreendê-la como um ser social, único, singular, portador de direitos. Um sujeito que está inserido em num contexto social, participando ativamente do mesmo.

Para compreender esta transformação, se faz necessário compreender a história e sentimento da infância, assim é imprescindível retroceder ao passado, buscando nos aspectos históricos, sociais e culturais as formas como se representava a criança e a infância.

A ideia de infância foi sendo alteradas ao longo dos anos, sofreu modificações lentas e graduais, porém cada época e cultura caracterizavam a criança de uma forma. O conceito ou

ideia que norteia a infância foi sendo historicamente construída. O delineamento da história da educação infantil por pesquisadores de muitos países tem evidenciado que a concepção de infância é uma construção histórica e social, coexistindo em um mesmo momento múltiplas ideias de criança e desenvolvimento infantil.

No dicionário de Língua Portuguesa, infância é considerada o “período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento à puberdade” (FERREIRA, 2001, p.387).

Na Wikipédia²

A infância é o período que vai desde o nascimento até aproximadamente o décimo-primeiro ano de vida de uma pessoa. É um período de grande desenvolvimento físico, marcado pelo gradual crescimento da altura e do peso da criança - especialmente nos primeiros três anos de vida e durante a puberdade. Mais do que isto, é um período onde o ser humano desenvolve-se psicologicamente, envolvendo graduais mudanças no comportamento da pessoa e na aquisição das bases de sua personalidade³.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 2, criança é assim apresentada: “considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idades incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2001, p.11). Etimologicamente falando, o conceito de infância que circula na sociedade é originária do latim *infantia* e *infans*, que significa “[...] tanto ainda não falar como infância, o que é novo, novidade; do latim *infans*, que não fala, criança” (CASTRO, 2005, p.1).

Para Kohan (2006), a etimologia da palavra infância vem do latim *infans*, que significa ausência de fala e apoiado em Castello (2006), afirma:

Um indivíduo de pouca idade é denominado *infans*. Esse termo está formado por um prefixo privativo *in* e *fari*, ‘falar’, daí seu sentido de que não fala’, ‘incapaz de falar’. [...]. Porém, logo *infans* - substantivado e *infantia* são empregados no sentido de ‘infante’, ‘criança e ‘infância’, respectivamente. De fato, é desse sentido que se geram os derivados e compostos, todos de época

² Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crian%C3%A7a>

³ Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crian%C3%A7a>

imperial, como infantilis, ‘infantil’; infanticidium, ‘infanticídio’, etc. [...] (KOHAN, 2006, p.1)

Oliveira (2007), por outro lado, apresenta como a ideia infância foi se transformando desde os gregos. Nesta perspectiva,

Na educação grega do período clássico, “infância” referia-se a seres com tendências selvagens a serem dominadas pela razão e pelo bem ético e político. Já o pensamento medieval entendia a infância como evidência da natureza pecadora do homem, pois nela a razão, reflexo da luz divina, não se manifestaria. Mesmo os filósofos do Renascimento e da Idade Moderna não percebiam a infância como um período no qual a razão emerge, embora sem poder lidar plenamente com as informações que recebe de seu meio (OLIVEIRA, 2007, p.44).

Pode-se entender que a palavra infância tal como se apresenta, não é um campo neutro, ora é silenciado, ora entra para a visibilidade e representa a imagem social da criança que predominava na época e que, com as transformações advindas na sociedade foram sendo reestruturadas para atender as modificações históricas, sociais, culturais e até mesmo políticas que o país demandava.

Na sociedade medieval, a criança não era considerada como sujeito portador de direitos, mas era entendida e percebida como adulto, em miniatura⁴. O sentimento da infância era desconhecido, o que não quer dizer que as crianças eram desprezadas, ignoradas, pelo contrário, o que não havia era a distinção entre a criança e o adulto. Paulatinamente a isto podemos afirmar que não havia uma especificidade de ser criança.

Logo que a criança superasse a fase de mortalidade, ela incorporava-se ao mundo adulto.

Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não teria condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, relegando-lhes uma condição subalterna diante da sociedade. Era um

⁴ Diz-se adulto em miniatura, por não haver diferenciação entre adultos e crianças. As crianças não eram consideradas crianças na sua especificidade, mas deveria ser e agir como adultos.

ser anônimo, sem um espaço determinado socialmente (CORDEIRO; COELHO, S/D, p.882).

Percebe-se assim que, quando a criança completasse sete anos, ela já inseria no mundo adulto, passando a frequentar festas e reuniões. Percebe-se que cabia ao adulto desenvolver nas crianças o caráter e a razão. Não reconhecia as diferenças das crianças, mas sim pensava-se nelas como uma página em branco, no qual a cada dia era preenchida uma folha, preparando-as para a vida adulta.

Kuhlmann Jr (1998) salienta que depois desta passagem da primeira infância⁵ representaria a idade da razão.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÉS, 1973, p. 156).

Kuhlmann Jr (1998), salienta que a infância não seria inexistente nos tempos antigos ou na idade média, pois ilustrações e pinturas mostram a existência de um sentimento da infância na época. Segundo o autor,

O estudo das imagens não poderia se contentar em trabalhar apenas sobre a iconografia publicada nos livros de artes, fora de contexto. Estes selecionaram as imagens por sua natureza estética e não com a intenção de informar ou abranger o conjunto e a variedade produzida no período. A consulta a dezenas de imagens, quando existem dezenas

⁵ A infância a qual Kuhlmann Jr se refere, tem um significado genérico decorre, sobretudo, das transformações sociais.

de milhares, levaria facilmente a conclusões errôneas sobre o lugar da infância na pintura medieval (p.22).

Assim, no século XVI e XVII modificaram os trajes das crianças, nas camadas superiores, e com esta modificação, surgiu um novo sentimento, este entendido como “paparicação⁶”, sentimento que pertenceu às mulheres que zelavam das crianças – mães ou amas.

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES, 1973, p.10).

Sobre essa passagem, Áries faz uma breve consideração, dizendo que de criança pequena, se transformou em homem, ignorando as etapas da juventude. A criança assumia uma nova perspectiva, esta era considerada como fonte de distração para os adultos. É importante frisar que em meados do século XVII, a paparicação também se fazia presente entre as camadas menos favorecidas.

Heinzel (2003) enfatiza que em meados deste mesmo século, houve um crescente interesse pela infância como objeto de estudo, entendimento e análise. Após este período, surgiu à preocupação com a inocência da criança e o dever dos adultos de preservar a primeira infância, visto que desta forma fortalecia a segunda.

Assim, a criança só deixou de ser misturada aos adultos quando ocorreu “[...] a cumplicidade sentimental da família, que passou a se tornar um lugar de afeição necessária entre conjugues e entre pais e filhos” (KUHLMANN JR 1998, p.19).

Na modernidade, no século XIX, houve um avanço no sentido de se tentar compreender a infância e a criança. Esta perspectiva nos permite compreendê-la como sujeito em desenvolvimento, que participa ativamente do contexto social.

Kuhlmann Jr (1998) ao traçar um panorama histórico sobre a infância, comenta que a história da criança é construída pelo adulto, sendo então importante uma (re) significação de condutas, pois é preciso considerar a infância como algo cultural que caracteriza a criança.

⁶ Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de “paparicação” (ARIÉS, 1986 p.100).

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

Neste segmento, pretende-se apresentar algumas ideias sobre o surgimento das instituições escolares – creche, escolas maternais, jardins da infância no Brasil, como campo de assistência às crianças menores.

Assim, a Educação Infantil no Brasil tem sido encarada de diversas formas, ou seja, como função de assistência social, sanitária e/ou higiênica, educacional. A infância pobre brasileira passou por inúmeras mudanças. [...] “Houve um grande percurso para que os “expostos”, “órfãos”, “a infância desvalida”, “os petizes”, “os capoeiras” ou “vadios” passassem a ser conhecidos por menores” (RODRIGUES; LIMA, S/D, p.3).

Kuhlmann Jr (2004), salienta que as instituições pré-escolares foram difundidas na segunda metade do século XIX, “como parte de um conjunto de medidas que conformam uma nova concepção assistencial, a assistência científica, abarcando aspectos como: a alimentação e habitação dos trabalhadores e dos pobres” (p.82). A grande marca dessas instituições foi por postularem como novidades, exaltação de progresso e industrialização.

Desta forma, Merisse (1997) salienta que, devido ao número crescente de bebês abandonados, foi criada por Romão Mattos Duarte, no Rio de Janeiro no ano de 1738, a Casa dos Expostos, Casa dos Enjeitados, ficando mais conhecida como Casa da Roda. Diz-se roda por ser um local no qual se depositavam as crianças: um cilindro oco de madeira, tendo apenas uma pequena abertura na lateral, que girava horizontalmente. Então, a criança era posta nesta abertura e a roda girava até que a criança passasse para o lado de dentro da instituição.

A casa da Roda oferecia serviços de forma filantrópica, caritativa e assistencial, tendo como um dos principais objetivos reduzir os altos índices de mortalidade infantil, através do acolhimento das chamadas crianças expostas, que, em sua grande maioria, eram o fruto inconveniente de relações não legitimadas e, principalmente, da exploração sexual dos senhores sobre suas escravas. São crianças cujo provável destino, até então, era o abandono e a morte. Várias dessas instituições serão criadas pelo país afora e essa será praticamente a única instituição de referência para o atendimento à infância, em nosso país, até a segunda metade do século XIX (MERISSE, 1997, p.28).

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

Sob essa premissa, pode-se dizer que a expansão da educação infantil ocorreu no Brasil e no mundo de forma crescente, acompanhada pela urbanização, modificações na estrutura familiar e a incorporação da mulher no mundo do trabalho. Historicamente falando, a primeira creche que se tem registro foi criada na França a mais ou menos 200 anos, no século XIX. No Brasil, em São Paulo no século XX. Consta que a palavra veio do francês “creche” e significa “manjedoura”⁷.

A história da creche liga-se às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. Essas modificações inserem-se no conjunto complexo de fatores contraditórios presentes na organização social, com suas características econômicas, políticas e culturais (OLIVEIRA et all, 2005, p.17) .

Durante anos, a creche se caracterizou como espaço caritativo e assistencial, exercendo função de cunho religioso. Funcionou como um semi-internato, atendendo o que refere aos cuidados físicos.

A palavra “Creche” foi concebida como acolhimento ao bebê necessitado, abrigar crianças pequenas, filhas de trabalhadores e mulheres recrutadas para o mercado de trabalho. E no dizer de Merisse (1997) “a creche tem geralmente sido identificada como uma instância destinada a suprir a lacuna que resulta da incapacidade da família em cumprir sua função” (p.25). A história dessa entidade assume uma forte característica de assistência.

Na França e em outros países, o atendimento designava somente aos filhos de mães que trabalhavam na indústria, a creche ocupava unicamente uma visão de amparo. Já no Brasil, atendia aos filhos de mães que trabalhavam nas indústrias e também em outros serviços.

Em função da modificação socio-política, a mulher para ajudar no orçamento familiar foi chamada a incorporar o mercado de trabalho. As operárias que tinham filhos, não tinham com que deixá-los, então na década de vinte os operários começaram a se organizar nos centros urbanos e protestaram à condição que se encontrava na fábrica e reivindicaram creches para seus filhos.

⁷ Denominação dada aos abrigos para bebês necessitados que começavam a surgir na França no século XVIII. Com caráter basicamente custodial e assistencial, a creche guardava os lactentes para que suas mães pudessem trabalhar.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

Os donos das fábricas, como forma de controlar o comportamento dos operários, criaram algumas creches e escolas maternas para os filhos dos trabalhadores da fábrica. E com isso, as mães trabalhadoras produziam mais e mais, pois sabiam que seus filhos estavam sendo cuidados. Mas, entretanto, essa conquista da mulher não se deu sem especulação. Pois tanto no discurso dos patrões como da classe operária, tinha a ideia da mulher voltada para o lar e só poderia trabalhar por necessidade econômica. As creches fora das indústrias eram mantidas por entidades filantrópicas, ganhando ajuda de famílias ricas e também, auxílio governamental para dar continuidade ao seu trabalho.

Na metade deste século, os trabalhos voltados para as instituições infantis (creche), eram trabalhos voltados para o Assistencial-Custodial. “A preocupação era com alimentação, higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das mesmas não era valorizado” (OLIVEIRA et al, 2005 p.19).

Tal característica está sendo lentamente modificada, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB- nº 9394-96, ao tratar da educação infantil, deu-lhe um status de nível de ensino. Assim, nos últimos anos, as instituições infantis têm procurado aliar o cuidar ao educar.

Somente a partir da década de 1980, que se intensificaram debates no Brasil sobre o papel da creche na sociedade. Neste contexto a creche passou a ser discutida como um espaço que deveria valorizar a educação coletiva de todas as crianças, buscando superar o papel assistencialista da qual sempre foi vista.

A atual etapa reconhece o direito de toda criança à infância. Trata-a como “sujeito social” ou “ator pedagógico” desde cedo, agente construtor de conhecimentos e sujeito de autodeterminação, ser ativo na busca do conhecimento, da fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe com independência seus itinerários de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2007, p.81).

Devido aos movimentos sociais pela infância brasileira, lutas pela democratização do ensino, pressões feministas, movimentos sociais por creches e pré-escolas, possibilitaram a conquista da Constituição em 1988, reconhecendo, no seu art. 205:

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990, p.117).

Ainda no seu art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “[...] IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1990, p.118). Essa necessidade aparece e se altera historicamente devido às modificações das condições sociais vivenciadas e pelos distintos grupos sociais. Nesse aspecto, é importante conhecer a história da instituição, desde o aparecimento até a sua consolidação na íntegra, conhecendo essa realidade, os educadores que atuam nela, poderão de forma lúcida desempenhar funções para as perspectivas atuais.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil, apontando algumas características comuns do ser das crianças, elas permanecem únicas em sua individualidades e diferenças (BRASIL/MEC/SEF, 1998, p.22).

A LDB de 1996, em seu art. 4, afirma que é: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1996, p.2). Assim, compreende-se que é de responsabilidade do Estado garantir a gratuidade de creches e pré-escolas, visando o desenvolvimento integral da criança. Isto significa dizer que a Constituição de 1988, responsabiliza o Estado a oferecer educação em creches e pré-escolas e isso passa a ser um direito da criança.

Segundo a LDB 9394 de 1996, a creche passou a ser vista como o espaço de desenvolvimento da criança, possibilitando a ampliação de competências e experiências, bem como permitiu a aprimoração de novos conhecimentos.

A Educação Infantil, a partir da LDB de 1996, foi integrada à educação básica, imprimindo um caráter educacional às práticas

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

desenvolvidas em instituições de crianças pequenas. Essa conquista implica em inúmeras reformulações nessas instituições, as quais se referem desde a estrutura física até a formação das professoras (ISA e BASSO 2008, p.1).

Oliveira (2007) salienta que com a aprovação da Lei 9394/96, a educação infantil passa a fazer parte da primeira etapa da educação básica, isto significa uma conquista histórica.

Nesta nova configuração social, a creche se caracteriza como um lugar onde a tarefa principal é o ato educativo, trabalhando o educar e cuidar de forma indissociável. Assim, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) comenta que educar e cuidar designa em propiciar situações de desenvolvimento integral, levando em conta os aspectos afetivos, valorizando e ajudando a contribuir para a formação global das crianças.

Como toda mudança não acontece do dia para noite, foi por meio de movimentos, de lutas, conquistas, que se permitiu a resignificação na maneira de conceber a criança, seu desenvolvimento e a função familiar, assim a creche teve que superar a visão de filantropia, assistencialista, como antes era caracterizado para se aproximar de uma situação dinâmica, viva, que tenha como metas o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos atores envolvidos nesse processo de construção.

Se por um lado, até o século XVII, não se tinha clareza sobre a importância da primeira infância, na modernidade a sociedade está cada vez mais consciente, do valor da infância, o que contribui para a criação de espaços institucionais para crianças de zero a seis anos.

Pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos (KUHLMANN JR, 1998, p.32).

Neste sentido, surge assim, um novo panorama educativo, a criança passa a ser entendida como um ser social. Isto quer dizer que, a criança se caracteriza como sujeito ativo,

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

situada socioculturalmente, sendo as condições econômicas, o sexo e a etnia fatores que exercem influência no seu comportamento.

Esta discussão acerca da expansão da educação infantil é tão relevante que nos permite pensar além da organização da creche, possibilitam visualizar os aspectos históricos, sociais, políticos que marcam uma sociedade e possibilita sua transformação ou permanência.

[...] à educação da criança pequena em creches e pré-escolas, práticas educativas e conceitos básicos foram sendo constituídos com base em situações sociais concretas que, por sua vez, geraram regulamentações e leis como parte de políticas públicas historicamente elaboradas (OLIVEIRA, 2007, p.57).

Pode-se perceber assim, que muitas das concepções presentes na sociedade e, em específico, nas creches têm suas raízes em momentos históricos diversos, configuradas nas práticas educativas.

Considerando a educação contraditória, ao mesmo tempo em que existe o acesso e a valorização dos direitos da criança à creche e a pré-escola, bem como o cuidado aliado ao educar, na prática, isso nem sempre se torna visível e possível.

Dentre as dificuldades, está à própria formação do educador que é precária e aligeirada. As políticas educacionais que, muitas vezes, ingressam o trabalho pedagógico às questões culturais, ainda compreendem este nível com o olhar assistencialista.

Advoga-se neste contexto que compreender as contradições presentes na consolidação da educação infantil é um caminho para analisar a história destas instituições, as políticas que as regem, bem como compreender que estas conquistas são direitos da criança. Assim, torna-se instigante a redefinição desse espaço, tornando-o propício para o desenvolvimento da criança nas creches e pré-escolas. Cirino Apud Castro, salienta que uma educação que requer “especialistas” não é, certamente, uma infância qualquer, mas sim, uma que supostamente necessita de um séquito de “conhecedores para lhe revelar sua verdade” (1999, p.24). Assim, a ideia de infância na modernidade está articulada dentro de políticas na qual as suas verdades estão baseadas nos saberes de seus porta vozes.

O estudo permitiu a reflexão sobre a concepção de infância, visto que a mesma representa uma construção histórica e social, permitindo-nos compreender que em um mesmo momento, estão presentes diferentes ideias de criança e de desenvolvimento infantil. Assim, o conceito de infância está intimamente ligado ao atendimento proporcionado à criança

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

pequena. O mesmo foi sendo reformulado devido às transformações sociais, configurando assim, uma nova forma de ver a criança.

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES,1973, p.12).

Com as transformações na nossa sociedade, industrialização e urbanização, a mulher foi chamada a incorporar o mundo do trabalho, levando a necessidade de se criar creches para atender os filhos dessas mães trabalhadoras. A creche, neste contexto, tinha como objetivo cuidar, zelar do bem estar da criança. Durante muito tempo, permaneceu a ideia de que aquele espaço servia somente para preencher a ausência da família.

Nos dias atuais, os documentos legais e o Estatuto da Criança e do Adolescente apontam que a infância deveria ser vista e compreendida como um espaço/tempo de direitos, que caberia às instituições que atendem a faixa etária de zero a seis anos, não apenas a responsabilidade do seu cuidado, mas também de sua educação.

A importância dessa educação foi ratificada ao ser incluída na Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, quando trata da educação básica com três artigos voltados para a Educação Infantil. O artigo 29 da LDB estabelece como sendo a primeira etapa da educação básica e objetiva o desenvolvimento integral da criança até seis anos nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. “Este percurso (esta história), por outro lado, só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância” (BUJES, 2001, p.13).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) salienta que modificar a concepção de educação assistencialista significa promover situações que vão além dos aspectos legais. Abrange assumir as especificidades da educação infantil, desde repensar as concepções de infância, relações entre as classes sociais, bem como o estado assumir o seu papel mediante as crianças pequenas. Resta buscarmos a ressignificação e a qualidade da

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

educação de nossas crianças, não mais vista com caráter assistencial e compensatório, mas uma educação que respeite e valorize as particularidades das crianças menores, seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual, social e moral. Fazendo-nos necessárias a reformulação das concepções de infância e criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, Vol 1, 2006.

_____. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol 1

_____. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol 2

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1990

BUJES, Maria Isabel E. **Escola Infantil: pra que te quero**. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs.). Educação Infantil pra que te quero. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

HEINZEL, Dagma. **O brincar e a Aprendizagem na Infância**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

KUHLMAN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p.15-42

MERISSE, Antonio et al. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo**. São Paulo: Brasil, 1984a.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

KOHAN, Walter Omar. **Linguagem, natureza e cultura**. II Forum de linguagem: linguagem, natureza e cultura. Curso de Fonoaudiologia da UFRJ, em 26 de maio de 2006. Disponível: <http://www.forumdelinguagem.com.br/textos/Texto%20Walter%20Kohan.pdf> Acesso: 11 out. 2009.

RODRIGUES, Flávia Sílvia; LIMA, Ana Laura Godinho. Instituição de Assistência á infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: Um estudo da Legislação Federal. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, S/D.

Disponível:

http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:AMEAhCzoUpcJ:www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7113.pdf+merisse,+casa+dos+expostos&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShQ0yUgSAKBshA06BI8sMknuDEcG9iHB3oFleLYYpZnop5--e9tWJQgmgef0jfo6hcgzmrGBTRWD-9tYmTV_ITWQ2zSEOWRgApdQ6F8EfI4z7K3ih5GFXeXhcYtzIYdZvnLBXtz&sig=AFQjCNHCTKzXCJwLRDqj7xZVIk0V5LbQYQ. Acesso em 20 out.2009